



Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Mucurici/ES

Gestor responsável: Atanael Passos Wagmacker

Exercício: 2022.

1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de abordagem prioritária

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública – PMM	Lei 4.320/1964, art.60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Relatório de empenho emitido do Software de Contabilidade Pública do PMM no exercício de 2022, bem como análise de processos físicos.	Análise nos processos físicos, bem como Relatório da Prefeitura Municipal de Mucurici – exercício de 2022

Constatações: De acordo com os processos analisados, bem como verificação pelo Software de Contabilidade não foram realizadas despesas sem emissão de empenho prévio no exercício de 2022 pela Prefeitura Municipal de Mucurici.

1.2. Gestão Previdenciária

1.2.1	Registro por competência a - despesas previdenciárias patronais	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública – PMM – Razão de Plano de Contas referente INSS Serviços e	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações	CF/88, artigo 40: Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é	Relatório Prefeitura Municipal de Mucurici – Razão do Plano de Contas referente a INSS Servidores e Agentes Políticos – exercício de 2022.
-------	---	---	--	--	---	--



Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

		Agentes Políticos exercício de 2022.	8.212/199 1 • Lei Local Regime de competência	previdenci árias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	assegurado regime de previdência de carácter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e actuarial e o disposto neste artigo.	
--	--	--	---	---	---	--

Constatações: Conforme verificação no relatório do Exercício de 2022 foram apresentadas devidas liquidações nos meses de competência e pagamento no mês seguinte referente ao período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 – Razão do Plano de Contas – INSS Servidores e Agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Mucurici.

1.3.Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	TERALM, TERIMO, BALPAT, TERINT, COMINV.	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis e evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Bens Almoarifado (consumo), Bens Móveis e Imóveis e Bens Intangíveis.	Tabelas 14 (Resumo do Inventário do Almoarifado), Tabela 12 (Resumo de Inventário de Bens Imóveis), Tabela 10 (Resumo do Inventário de Bens Móveis).

Constatações: A tabela de resumo de inventário do almoxarifado apresentou o valor dos bens em almoxarifado referente ao Saldo anterior de R\$ 84.347,05 (oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinco centavos) e Saldo Atual de R\$ 43.135,60 (quarenta e três mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta centavos). O Resumo de Inventário de Bens Imóveis apresenta o valor referente a Saldo Anterior de R\$ 19.154.344,35 (dezenove milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) com novas aquisições no valor de R\$ 1.410.520,02 (um milhão quatrocentos e dez mil, quinhentos e vinte reais e dois centavos), totalizando ao final do exercício de 2022 o valor de R\$ 20.564.864,37 (vinte milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos). Já no que concerne ao Termo Circunstanciado de Bens Intangíveis não existem registros de bens de natureza intangível em nenhuma das Unidades Gestoras no ano de 2022. A tabela de Resumo de Inventário de Bens



Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

Móveis apresenta um saldo anterior de R\$ 7.955.194,11 (sete milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, cento e noventa e quatro reais e onze centavos) com as novas aquisições no valor de R\$ 3.404.040,59 (três milhões, quatrocentos e quatro mil, quarenta reais e cinquenta e nove centavos), totalizando um saldo atual de R\$ 11.359.234,70 (onze milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e quatro reais e setenta centavos). Consta ainda a Portaria 001/2022 que instituiu a Comissão Especial de Inventário e Patrimônio para o exercício de 2022, responsável pela elaboração dos inventários dos bens patrimoniais das 03 (três) UG's: Prefeitura Municipal de Mucurici, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. Não se restaram constatadas diferenças nos valores entre saldo contábil e saldo de Inventário.

1.3.3	Disponibilidades financeiras – Depósito e aplicação	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública PMM – Boletim da Tesouraria	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	LRF – LC 101/00, artigo 43. As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o §3º do artigo 164 da CF: As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.	Declaração emitida pela Tesouraria, contendo informações sobre movimentações financeiras.
-------	---	--	---	--	--	---

Constatações: Os recursos financeiros em sua totalidade disponíveis na Prefeitura Municipal de Mucurici estão depositados em instituições financeiras oficiais, quais sejam: BANESTES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

1.5. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimentos	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE.	Análise das peças que compõem a PCA enviadas a esta CGM – Controladoria Geral do Município de Mucurici	IN regulamento da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de	A prestação de Contas Anual enviada a este Tribunal deverá atender a IN para que tenha uma padronização (uniformidade das atividades do Sistema) Contabilidade (homologações de balancetes por	Após análise de alguns documentos enviados para esta CGM, foi possível preparar este relatório, bem como, os demais relatórios enviados para o TCE-ES.



Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

				contas.	assinaturas digitais) e Transparência (acompanhamento das remessas pelos jurisdicionados).	
--	--	--	--	---------	---	--

Constatações: Conforme as peças/documentos integrantes da PCA referente ao Exercício de 2022 enviadas para esta CGM em 02 de março de 2023, após análise e elaboração dos relatórios podemos dizer que atendem a Instrução Normativa do TCE-ES.

2. Itens de abordagem complementar

2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimentos	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Análises de conformidade em processos.	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Lei 4.320/1964 – artigo 4º. A lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.	Análise de documentos, relatórios e processos.

Constatações: Após análise de documentos, relatórios e processos, não foram constatadas despesas não autorizadas, não realizadas, nem irregularidades lesivas, ilegais ou ilegítimas ao patrimônio público, estando em conformidade com legislação em vigor.

2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Análises de conformidade em processos e Relatório de Software da Contabilidade Pública PMM	Lei 4320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.	Análises de conformidade em processos e Relatório de Software da Contabilidade Pública PMM.
--------	--	--	-------------------------	---	--	---

Constatações: Após verificação em processos físicos e relatório da Contabilidade, não foram encontrados pagamentos de despesas sem sua regular liquidação na Prefeitura Municipal de Mucurici.

2.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
--------	-------------------	--	------------	--------------	-------------------------------	---------------------



Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	OF/PMM/Nº 048/2023 – do Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Mucurici	CRFB/88, art. 100 da Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	CF/88, artigo 100: Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim, § 1º ao 20º;	Lista emitida pelo Setor Jurídico informando quantidade, valores e processos de origem, os quais resultaram em pagamento de Sentenças Judiciais por esta Prefeitura Municipal realizados no Exercício de 2022.
-------	--	--	---	---	--	--

Constatações: Após verificação, foi constatado pagamento de Sentenças Judiciais a seguir elencadas: Processo 0000464452008808003 no valor de R\$ 60.764,98 (sessenta mil, setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos); Processo nº 0000697372011808003 no valor de R\$ 15.816,38 (quinze mil, oitocentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos); Processo nº 0000300072013808003 no valor de R\$ 8.188,10 (oito mil, cento e oitenta e oito centavos e dez centavos); Processo nº 0000704292011808003 no valor de R\$ 17.392,93 (dezessete mil, trezentos e noventa e dois reais e noventa e três centavos); processo nº 0000683532011808003 no valor de R\$ 9.391,90 (nove mil, trezentos e noventa e um reais e noventa centavos); Processo nº 0000703442011808003 no valor de R\$ 15.984,86 (quinze mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis reais); Processo nº 0000289752013808003 no valor de R\$ 17.670,74 (dezessete mil, seiscentos e setenta reais e setenta e quatro centavos); Processo nº 0000653712018808003 no valor de R\$ 24.902,91 (vinte e quatro mil, novecentos e dois reais e noventa e um centavos). Assim, resta verificados que não existem sentenças judiciais pendentes no Exercício de 2022, atendendo assim a legislação em vigor.

2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.6.4	Pessoal – teto	Declaração do Setor Recursos Humanos – Folha de Pagamento	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	CF/88, artigo 37, inciso XI: a remuneração e subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, (...) pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou	Declaração do Setor de Recursos Humanos e Folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Mucurici – Exercício de 2022.



Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

					não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos municípios, o subsídio do Prefeito(...).	
--	--	--	--	--	--	--

Constatações: Conforme análise realizada na Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Mucurici referente ao ano de 2022, o teto remuneratório dos servidores públicos não excede o subsídio mensal do Prefeito Municipal limite máximo para pagamento.

1.2 Constatações e proposições

Após análise dos Pontos de Controles sugeridos para análise, por meio de análises de conformidade, as constatações seguem abaixo de cada ponto de controle. A recomendação é para que a Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Mucurici continue observando o cumprimento da LC 101/2000, art. 15 c/c e Lei 4.320/1964, art. 4º, para que não haja irregularidades ao patrimônio público, que continue observando o cumprimento da Lei 4.320, art. 63, para que esteja em conformidade com os pré-requisitos estabelecidos para liquidação das despesas.

Após realização das análises nos processos e procedimentos acima descritos, não foram encontrados achados ou constatações que se fazem necessária a indicação de proposições e alertas.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a Prestação de Contas Anual elaborada sob a responsabilidade da Sra *Atanael Passos Wagmacker*, gestor da Prefeitura Municipal de Mucurici /ES, relativa ao Exercício de 2022.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular.

As verificações de conformidades nas demonstrações contábeis, e nas demais peças que compõem a PCA apresentaram a situação orçamentária, financeira,



Prefeitura Municipal de Mucurici

Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

gestão fiscal e patrimonial, assim como, os demais atos de gestão referente ao Exercício de 2022.

Foram recebidos na UCCI – Unidade Central de Controle Interno, em 20 de março de 2023, do Setor de Contabilidade os Demonstrativos, Balanços e Balancetes, que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício de 2022 da Prefeitura Municipal de Mucurici/ES.

Ademais, não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2022 na Prefeitura Municipal de Mucurici/ES, quando da aplicação das técnicas de verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Mucurici, 30 de março de 2023.

Vanessa Kretli Vieira
Controladora Interna